

**V Congresso da Compolítica**

**Contextos, e não conteúdos:  
Informação, preferências e influência política midiática**

*Fernando Lattman-Weltman*

Escola de Ciências Sociais/Cpdoc

Fundação Getulio Vargas

([weltmanf@fgv.br](mailto:weltmanf@fgv.br))

Curitiba

2013

**Contextos, e não conteúdos:  
informação, preferências e influência política midiática**

*Fernando Lattman-Weltman*<sup>1</sup>

Ao contrário de uma longa e polêmica tradição que tem procurado entender a influência política da mídia através da análise da **oferta** de informações – e à qual certamente também nos filiamos –, nossa abordagem aqui se concentrará, porém, na **demanda** do indivíduo por elas. É certamente possível e útil o trabalho com o lado da oferta da informação política, a fim de lidar com uma série de tópicos.<sup>2</sup> Mas estou cada vez mais convencido de que esta não é a melhor maneira de abordar a questão da influência política da mídia.

Primeiro porque é empiricamente reconhecido que qualquer foco nas possíveis influências políticas da oferta de informações tem de levar em conta os problemas de recepção: as muitas maneiras pelas quais a informação é recebida pelos cidadãos comuns, o que naturalmente implica não apenas em variações hermenêuticas, ou seja, as diferentes maneiras de se interpretar as informações, mas também os diferentes usos que delas se pode fazer, o que significa que informações não são apenas ferramentas para o raciocínio, tomada de decisão e auto-justificação; são também matéria que pode ser usada para a interação social, para a busca de *status* e diferenciação cultural, etc.<sup>3</sup> Claro que podemos sempre contornar muitas das questões levantadas pelos problemas de recepção por meio de uma cuidadosa análise de conteúdo de amostras de mídia, tendo como premissa razoável a cumplicidade inevitável - em termos de linguagens, imagens, vieses e (pré)concepções - que naturalmente se desenvolve entre emissores e receptores que se dedicam a qualquer intercâmbio rotineiro de comunicação. Assim, podemos certamente conhecer muito sobre

---

<sup>1</sup> - Professor e pesquisador da Escola de Ciências Sociais, Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>2</sup> - Tal como procurei fazer muitas vezes antes. Ver, por exemplo, Lattman-Weltman, Ramos & Carneiro (1994) e Abreu & Lattman-Weltman (1994). De qualquer modo, segue sendo importante teorizar e pesquisar o lado da oferta de informações pela mídia, ao menos por razões ou questões históricas e estruturais (e.g., Lattman-Weltman, 1996).

<sup>3</sup> - Um bom exemplo de estudo de recepção em contexto brasileiro pode ser lido em Aldè (2003). Sobre os diversos usos e formas de recepção da mídia, Martin-Barbero (1997).

as percepções de um grupo de consumidores de informação analisando o que leem/ouvem/assistem; podemos mesmo falar sobre a reprodução de comunidades (não só) imaginadas de leitores/ouvintes/telespectadores/surfistas da Web, etc., definidos e identificados pela mídia que consomem e que ajudam a reproduzir (Lattman-Weltman, 2009). Mas mesmo se fizermos o nosso melhor para empírica e analiticamente controlar os significados atribuídos a uma amostra de informação por um grupo limitado e controlado de receptores em um dado momento, isto dificilmente irá nos ajudar a conhecer e prever como eles mesmos vão interpretar, ou usar, qualquer novo pacote de informação que puderem obter, especialmente se isso deve ser feito em diferentes circunstâncias políticas. E, claro, o problema seria ainda maior se tentássemos estender para um público mais amplo as conclusões relativas a este grupo especialmente limitado e controlado.

O verdadeiro desafio, pois, é devido ao caráter polissêmico e rota-dependente dos processos de aquisição de informações e formação de preferências para qualquer indivíduo: o fato de que uma mesma informação pode transmitir significados diferentes e que o processo de produção desses significados está intrinsecamente relacionado com a experiência singular e irreproduzível - embora não necessariamente exclusiva - deste indivíduo. Ou seja: não podemos simplesmente generalizar o impacto estimado ou a influência de uma determinada mensagem com base apenas em nossa apreciação - não importa o quão precisa - mesmo que do indivíduo mais típico.

Na maioria das vezes, quando se tenta fazer sentido da influência política global do fornecimento de informações em um determinado contexto é realmente difícil de evitar conclusões que ou se tornam demasiado normativas e insatisfatoriamente descritivas - frequentemente enfatizando o que "deveria" ser tal fornecimento, em vez de ajudar a saber o que ele "pode" ser - ou, o que praticamente dá no mesmo, que simplesmente reafirmam hipóteses anteriores sobre o assunto que não podem ser confirmadas ou negadas pela pesquisa.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> - Ao lidar com a pesquisa sobre o lado da oferta neste campo eu procurei escapar de tal armadilha através do uso do artifício de uma noção de economia simbólica que procurava chamar a atenção para o fato de que os significados gerais, ou mais profundos que atribuímos a qualquer contexto político particular são eles mesmos o produto de uma tessitura narrativa indeterminada que, por sua vez, é o resultado contingente de um conjunto indeterminado de investimentos simbólicos efetuados por todos os atores individuais (ou instituições) capazes de formular e de tornar públicas suas próprias versões sobre fatos e ideias. Pressupus então a existência de um Mercado de Discursos Públicos onde tais investimentos narrativos seriam negociados e receberiam seus

Lidar com o lado da demanda tem, naturalmente, seus próprios problemas, uma vez que aqui também não se pode generalizar sobre como indivíduos concretos usarão e assim serão também (in)formados pelo conteúdo específico de informações que eles possam absorver. Mas pelo menos podemos conhecer e teorizar sobre os principais **incentivos** que irão orientar e conformar a aquisição e consumo de informação, fazendo sentido da utilidade geral e do valor que pode ser atribuído à informação - qualquer informação - sob diferentes, mas recorrentes e, portanto, típicas situações políticas.<sup>5</sup> Nós simplesmente não precisamos mais trabalhar com o conteúdo das mensagens que transmitem informações. Precisamos apenas saber por que e como a demanda do indivíduo para obter informações será modificada em função das formas pelas quais tal demanda é limitada por duas das mais importantes variáveis na vida diária, para todos: hábito e incerteza. Ou seja: pelas formas que o hábito e a incerteza tendem a assumir na vida política e, especificamente, democrática.

Assim, o primeiro dispositivo a ser utilizado é a noção tradicional de uma racionalidade básica universal atribuída, em princípio, a cada um e a todos. Comum à sua utilização regular em economia e ciência política, a racionalidade é aqui compreendida como: 1) a capacidade normal de adequar meios para qualquer determinado fim; 2) mas também a tendência de cada indivíduo racional para sempre priorizar seus fins e interesses mais imediatos e/ou mais caros antes de quaisquer outras considerações (especialmente quando este indivíduo enfrenta alternativas de soma zero: tem de escolher isto ou aquilo), 3) e, finalmente, que devido a sua finitude e as incertezas da vida (incluindo as mais naturais), este indivíduo racional e razoavelmente egoísta também tende a ser

---

valores de acordo com suas performances, quer dizer, do modo como seriam “vendidos” e “comprados”, tal como numa espécie de mercado de ações (Lattman-Weltman, 1994). Esse estratagema certamente não resolve o problema de como demonstrar ou negar completamente as muitas interpretações possíveis que se pode fazer em termos da formulação geral contingente da economia simbólica prevalecente num dado lugar e momento: se, por exemplo, estamos lidando com uma campanha política dominada por questões econômicas ou culturais, ou se o grande tema a dividir o eleitorado é a corrupção, ao invés da distribuição de renda, etc. Eu não creio ser isto possível (ou necessário). Mas ao menos nos ajuda a ter mais cautela, a desconfiar de qualquer descrição muito fácil – e às vezes sedutora – da realidade, e a nos manter mais abertos aos processos políticos imprevisíveis e difíceis de definir.

<sup>5</sup> - A bem da verdade, o lado da oferta também pode se tornar mais compreensível e previsível com base no mesmo aporte, embora sua influência política conjuntural continue difícil de ser atestada.

consistentemente míope: ele vê melhor o que está próximo, quer no espaço ou no tempo, e se preocupa mais também com o que está perto (especialmente para seu coração).<sup>6</sup>

O segundo dispositivo é simplesmente sociológico: a ideia de que circunstâncias socioeconômicas moldam o ambiente concreto desses indivíduos, dando a cada um deles motivos particulares em que desenvolvem suas necessidades e urgências mais específicas, o que também tende a torná-los mais propensos a focar em determinados fins e a se valer de certos meios mais imediatos. Assim, a informação demandada para estes indivíduos tende a ser aquela que - não importando tanto a oferta real disponível - de qualquer forma poderia ser usada para atender a essas necessidades e urgências mais prementemente sentidas. O que significa: um indivíduo racional e concreto vai fazer o seu melhor para satisfazer suas necessidades com a informação disponível. Uma oferta que, em qualquer cenário razoavelmente moderno e democrático provavelmente será consideravelmente ampla e acessível, de uma forma ou de outra (ou, independentemente da sua "qualidade").

Neste sentido, evidentemente não pensamos em tais receptores como páginas em branco. Mesmo sabendo que a sua capacidade de absorver e dar sentido à informação deve ser certamente plástica, e também bastante manipulável, o importante é que, em função da sua racionalidade e do cenário sociologicamente concreto em que sempre está situado, este indivíduo terá todos os incentivos e restrições para absorver e fazer uso - e apenas absorver e fazer uso - de uma certa quantidade de informação: não apenas a quantidade que ele é capaz de adquirir (se não a obtiver gratuitamente), mas as parcelas do mesmo que podem aparentar possuir uma utilidade e um valor razoáveis (e provavelmente imediatos) para ele.<sup>7</sup>

O terceiro pressuposto de nosso modelo se baseia no papel de destaque do empreendedorismo político na real formação da agenda política. Como Schumpeter (1975)

---

<sup>6</sup> - Como veremos em breve, todas estas premissas parecem ser subvertidas por um personagem como o do típico militante. Mas isso é apenas aparente. Na verdade, creio que nosso militante é tão racional, egoísta e míope como todos os demais. Ele apenas parece diferente porque seus fins mais abrangentes – ou mais profundamente cultivados – tendem a lhe impor um conjunto diferente de meios e fins táticos.

<sup>7</sup> - Isso também significa que: 1) Eu não abandono a hipótese de que algumas (muitas) informações podem ser absorvidas e guardar ao menos algum potencial de influência, mesmo que não pareçam ser imediatamente, ou necessariamente, úteis; mas a não ser que tal estoque seja “acessado” em função das demandas de alguma interpelação política, ele é, por definição, politicamente irrelevante; 2) Também não descarto, é claro, a importância de relações de classe, de fatores ideológicos e econômicos no referido processo de filtragem de informações. Mas o que pode dar a tal processo a sua relevância política é o modo específico pelo qual tais fatores possam ser “traduzidos” em algum vocabulário político, assumindo, pois, um significado político particular.

propôs, a característica mais importante para empiricamente se definir a democracia moderna e claramente distingui-la de qualquer outro sistema político concreto historicamente conhecido é o fato de que nela o poder político é conquistado por meio de uma luta competitiva pelos votos do povo. Assim, o político moderno bem sucedido (ou, coletivamente, o partido) é uma espécie de empreendedor político. Mas o que nos interessa aqui em particular é como Schumpeter caracteriza o modo pelo qual tais “empresários” constroem a agenda política no próprio contexto do processo de competição por votos. Ou seja: em sua teoria a agenda política é menos um subproduto espontâneo de algumas demandas públicas naturais ou latentes, do que muito mais o produto criativo do empreendedorismo político. O que também significa que: 1) dificilmente poderá existir qualquer questão política relevante em si mesma, a menos que alguns líderes políticos ou partidos a "adotem" como parte de sua estratégia, 2) os conteúdos específicos e contextuais de qualquer questão política devem suas características políticas definidoras - incluindo a sua possível radicalidade - muito mais dos investimentos políticos (o que também significa: simbólicos) feitos sobre ela, através das restrições e canais específicos de instituições políticas, do que das suas origens "naturais".<sup>8</sup>

Então, quando se trata de informações, pressuponho que seja qual for o seu papel no processo anterior de desenvolvimento de cada consciência individual, uma vez dado que esses indivíduos se tornaram suficientemente maduros para fazer dela (consciência) uso para o seu raciocínio, qualquer que seja a consistência deste último, a utilidade e o valor da informação irão variar não apenas de acordo com seu conteúdo intrínseco - se tal coisa é realmente concebível -, mas muito mais decisivamente de acordo com seu uso estratégico ou simplesmente vital em diferentes contextos políticos. E assim também o papel estratégico político e institucional de seus fornecedores mais privilegiados: os meios de comunicação de massa.

---

<sup>8</sup> - Sem negar, é claro, a possibilidade de que a “matéria-prima” da questão política possa ser por si mesma suficientemente urgente, ou mesmo explosiva, tal como, e.g., duras crises econômicas e sociais.

## O modelo: traços gerais

Para colocá-lo brevemente, dadas as premissas teóricas descritas acima, o nosso modelo assume também que, para a todos: 1) a informação nunca é isenta de custos, 2) as identidades dos indivíduos são fortes e importantes para sua autoestima e economia psicológica interna; 3) rever ou alterar suas preferências - ou hierarquias de preferências - mais usuais pode ser caro, às vezes cansativo e até mesmo doloroso para tais indivíduos. Assim, a menos que as instâncias onde a escolha ou tomada de decisão se tornem um tanto dramáticas - isto é, tornando as preferências relativamente obsoletas, ou afetando identidades ou as hierarquias de preferências mais cuidadosamente cultivadas por um indivíduo (o que não é o caso, em ambientes de rotina, a maior parte do tempo) -, pressuponho, portanto, a existência e a força de uma **inércia** que simplesmente bloqueia, filtra ou acomoda, para cada indivíduo racional, qualquer absorção significativa de novas informações que, mesmo obtida a custos negligenciáveis, pode levá-lo a rever suas preferências, ou que venha a colocar suas identidades mais fortes ou queridas em questão.<sup>9</sup>

Assim, para o cidadão ideal comum,<sup>10</sup> especificamente, devido às suas racionais forças de inércia, a utilidade da informação política não vai aumentar, a menos que alguém tenha de enfrentar um contexto político mais dramático; aquele em que: (a) as regras gerais e rotinas da política são mantidas, mas há um forte aumento da polarização ideológica ou programática, ou quando (b) não há tanta polarização ocorrendo, mas existem alterações relevantes nas regras ou rotinas políticas - como em algumas formas de transições institucionais concertadas<sup>11</sup> - ou, finalmente, quando (c) ambos os processos perturbadores, uma polarização em meio a uma transição, ocorrem. Em cada um desses casos, nossas identidades podem ser contestadas, seja para serem reforçadas, ou reafirmadas, ou, finalmente, alteradas. Mas mesmo se não ocorrem eventos tão dramáticos como esses, alguma mudança pode se impor para o indivíduo, levando-o a rever as suas preferências e hierarquias, devido a alterações de contexto e a um aumento de incertezas e riscos

---

<sup>9</sup> - Tal como sugeri acima, na nota 9.

<sup>10</sup> - Como veremos adiante, a mesma economia não se aplica ao militante/agitador.

<sup>11</sup> - Sobre a noção de transições políticas concertadas, ver Linz & Stepan (1996).

consequentes. Seria irracional não atender a estes sinais de alerta e não assumir os custos de, eventualmente, mudar.

Nesse caso, os custos de informação podem retroceder quando comparados com o aumento da utilidade dos mesmos, devido ao aumento do risco e da incerteza.

Pressuponho então que: 1) duas principais variáveis independentes: a estabilidade e inteligibilidade do sistema político (partidário) (EP), e a despolarização ideológica (programática) do sistema político (DI), afetam duas outras, dependentes (mas também intervenientes): a margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR) e a fixação/intensidade das preferências (Pr) dos indivíduos; 2) Por sua vez, Pr e MR afetam a variável mais dependente (mas focal) que é a utilidade atribuída à informação (UI). Analiticamente falando, o modelo opera em um fluxo de duas etapas em que, em resumo, o contexto político (representado por EP e DI) interfere nas preferências dos indivíduos (Pr) e altera as margens de risco do sistema político associado às escolhas a serem feitas pelos mesmos indivíduos (MR), o que por sua vez afeta a utilidade da informação (UI) para eles.

Para ser mais preciso, é preciso qualificar melhor as nossas variáveis:

Quando falo sobre o EP quero dizer que um sistema deve a sua estabilidade e inteligibilidade não só ao tempo, mas principalmente à sua institucionalização adequada, isto é, a sua capacidade de manter-se operacional através de uma quantidade significativa de tempo, sem mudanças grandes ou dramáticas, parecendo ser capaz de lidar com, resolver e/ou acomodar as principais diferenças e conflitos políticos, promovendo garantias mútuas para cada um dos setores mais poderosos da sociedade,<sup>12</sup> e reduzindo o que Dahl (1997) define como os custos de tolerância, ao mesmo tempo que aumenta o que ele chama de custos da supressão entre adversários políticos. É, por assim dizer, uma característica estrutural de um sistema político democrático. Mas também é importante o fato de que este sistema deve tornar-se razoavelmente inteligível para todos: esta estabilidade se mostra a todos os cidadãos da poliarquia, o que num sentido muito pragmático significa que mesmo se eventualmente insatisfeitos ou decepcionados com os resultados concretos, mais ou menos contingentes deste sistema, estes cidadãos não só sabem o que esperar, mas também

---

<sup>12</sup> - Ao enfatizar a importância relativa desses setores principais, procuro deixar claro que, tal como sugerido por Hardin (2003), também acredito que em sua maior parte a operação da sociedade democrática contemporânea tende a se dar através de processo de coordenação, e de que tal sistema político tende a se estabilizar quando assume considerável utilidade para os mais fortes interesses dessa mesma sociedade.

como lidar praticamente com ele, a fim de, no entanto, tentar realizar as suas preferências ou minimizar suas perdas (não importa o quão politicamente engajados ou informados esses cidadãos sejam, e quão fortes, consistentes e relevantes possam ser suas preferências).<sup>13</sup>

Quanto a DI, trata-se de uma variável contextual - mas muito importante -, relacionada com as muitas maneiras pelas quais um sistema político torna-se mais ou menos polarizado ideologicamente. Com a controversa palavra "ideologia" não quero me referir necessariamente a qualquer conceito transcendental, no sentido de alguma *weltanschauung*, ou descrição plenamente coerente da realidade. Mas um compromisso político suficientemente forte em torno de ideias ou palavras de ordem, que podem conectar, quase que automaticamente, um indivíduo a um partido, liderança, *slogan* ou programa partidário.<sup>14</sup> O fato importante aqui não é realmente o fenômeno da ideologia, por si só, mas o evento da polarização (que, com certeza, sempre vem à existência com algum conteúdo, ou aparência ideológica ou programática).<sup>15</sup> Assim, a polarização significa um processo contextual característico que ocorre sempre que o campo político está dividido em duas facções principais, qualquer que seja a razão da divisão, mas, mais importante, quando é difícil para qualquer terceiro ator político relevante manter-se neutro ou equidistante, ou mesmo moderadamente, sem tomar o partido de uma das outras facções anteriores.<sup>16</sup> Isto geralmente só acontece quando a agenda política é cindida em dois lados devido a alguma grande divisão ideológica - como, por exemplo, o debate sobre travar uma guerra -, ou

---

<sup>13</sup> - Com certeza, é bem conhecida toda a problemática de se atribuir preferências mais ou menos fixas e intensas ao cidadão comum típico (algumas considerações céticas realmente interessantes a respeito podem ser encontradas, entre outros importantes trabalhos, nos relatos de pesquisa de Stimson (2004), e Hibbing & Theiss-Morse (2002)). De qualquer modo, creio que ainda podemos defender o uso de uma noção como a de "preferências" não apenas em puras bases metodológicas e pragmáticas - porque ela nos ajuda a fazer sentido de modo útil - mas também como uma razoável e modesta descrição de como as coisas se dão na vida cotidiana. Ou seja: não atribuo nenhuma irreal consistência de preferências a nosso típico cidadão comum (veja abaixo, também, a nota 22); apenas acredito que ele tem lá seus gostos e pré-conceitos (burkeanos), ocupando assim um lugar concreto na vida política e social (mesmo se - e especialmente - esse lugar é ambíguo e razoavelmente indeterminado).

<sup>14</sup> - E que podem, é claro, funcionar também como uma espécie de atalho cognitivo, tal como Downs (1957) propôs.

<sup>15</sup> - O que também significa que não é essencial ao modelo se o conteúdo ideológico ou programático específico da polarização é devido a motivos econômicos, sociológicos ou culturais, mesmo se estas são todas boas fontes de conflitos e compromissos políticos, e mesmo se alguns dentre estes - e.g. fatores econômicos, como a renda per capita - podem ser tomadas como as mais importantes variáveis independentes relacionadas à estabilidade ou, inversamente, à queda da democracia (Przeworski, 2006).

<sup>16</sup> - Ou seja: sai mais caro para um terceiro tentar permanecer neutro do que assumir os riscos e/ou sua parte dos custos envolvidos no alinhamento a uma das duas facções polarizadas.

devido aos efeitos de uma escalada do conflito político entre as partes (mesmo quando às vezes inflamado por questões iniciais irrelevantes).<sup>17</sup>

Desse modo, preferência (Pr) tem aqui o mesmo sentido comum que a palavra carrega geralmente em qualquer descrição do comportamento político ou econômico de um indivíduo: atitudes contingentes dos indivíduos frente a qualquer objeto, material ou ideal, que pode levar a uma escolha, decisão ou manifestação, de modo perfeitamente auto-reconhecido por essa pessoa.<sup>18</sup> Isto é: qualquer atitude, positiva, negativa ou neutra, em relação a qualquer sujeito, objeto ou ideia definidos, que, mesmo se contingente e instável, não deixa de ser claramente autoconsciente para o indivíduo e facilmente atribuível a ele. Assim, podemos falar sobre preferências sobre qualquer coisa, inclusive de bens, serviços e produtos, bem como ideias políticas, ideologias, programas de partido, siglas, candidatos, líderes, grupos, identidades, narrativas, mitos, etc. O mais importante é, em primeiro lugar, o fato de que, devido a suas preferências dadas, a qualquer momento, qualquer indivíduo

---

<sup>17</sup> - Quando, por exemplo, em função da exploração eleitoral ou sensacionalista da mídia, alguma denúncia praticamente irrelevante se desdobra num escândalo maior, o que por sua vez pode conduzir a uma luta política de vida ou morte. Num certo sentido, se poderia argumentar que se um sistema político, tido como estável – tal como o descrevemos acima – não obstante se permite dominar com frequência por processos de polarização, talvez devêssemos reconsiderar o *status* de sua estabilidade. De qualquer modo, ainda penso ser importante manter as duas variáveis - EP e DI – tão separadas e independentes quanto possível. Não para negar qualquer interdependência entre ambas – o que seria absurdo. Mas para ter sempre em mente não apenas suas diferentes formas de exercer influências sobre as variáveis mais dependentes do modelo – como veremos em seguida –, e também pelo fato de que ainda que um processo de polarização possa começar, por assim dizer, do nada, acredito que sua evolução pode ser iniciada e radicalizada por fatores relativamente idiossincráticos, tais como irresponsabilidade e/ou incompetência de determinadas lideranças políticas, militância radical e descontextualizada, ou por fanatismos estimulados midiaticamente, etc. E nesses casos, não me parece justo condenar hipoteticamente um sistema político estável em função de tal estado de coisas (a não ser que tenhamos uma clara noção acerca dos mecanismos atribuíveis ao sistema *per se* que poderiam ser considerados responsáveis por gerar polarizações ou comportamentos que atuem nesse sentido).

<sup>18</sup> - "Para descrever preferências, nós temos de nos dar conta, primeiro, de que elas são distintas das escolhas. Preferências descrevem o quanto valorizamos ou desejamos coisas. Escolhas são aquilo que selecionamos. Nossas preferências guiam nossas escolhas, e nossas escolhas revelam (parcialmente) nossas preferências" (Page, 2007, p.241). Assim, como já sugerido, minha preferência por uma noção como a de "preferências", ao invés de outras similares, ou por conceitos próximos, como, por exemplo, "posições", é devida à intenção de enfatizar o caráter genérico do processo básico de escolher e de decidir, e, portanto, de intencionalmente aproximar o fenômeno das opções políticas de quaisquer outras instâncias de escolha. É claro que eu poderia ter me utilizado da noção de "posições" ao invés da de "preferências" (tal como Fiorina (2011) a utiliza para enfatizar a diferença entre "posições" e "escolhas"). Não o fiz porque compreendo que "posição" tende a significar uma postura mais definida frente a qualquer assunto, – tal como às vezes se espera que os entrevistados de pesquisas de opinião se manifestem sobre temas polêmicos (e cuja diferença frente ao conceito de "escolha" é central para o convincente argumento de Fiorina contra a suposta efetividade da existência hoje de uma autêntica "guerra cultural" na América). Enquanto que "preferências" pode se referir muito mais a inclinações e a predisposições não necessária e consistentemente definidas – embora possivelmente fortes – dos indivíduos, as quais usualmente os conduzem a escolher esta ou aquela alternativa (seja na política ou em qualquer outra circunstância).

pode fazer sentido - para si e para os outros - do porquê escolher isto, aquilo ou nenhuma das alternativas apresentadas a ele na vida política. E não importa quão realmente objetivas ou racionais essas preferências e suas justificativas são, mas como elas podem, não obstante eventuais inconsistências, trazer significado e ser autoexplicativas - em sua forma mais auto descritiva - das escolhas de alguém: escolheu-se este caminho e não o outro, porque se preferiu simplesmente o fator de escolha A ao invés do fator B. Segundo, que qualquer que sejam as preferências do indivíduo, uma vez que ele as tenha, e uma vez que tenha assim dado sentido à suas escolhas e decisões, estas, por assim dizer, tornam-se parte dele mesmo, ou parte de sua auto definição, isto é, parte de sua identidade. Isto pode ou não ser facilmente substituível dependendo do valor atribuído ao objeto de escolha, ou dos custos em que se incorreu para efetivar tal escolha. Quanto maior cada uma - ou ambas - dessas "variáveis econômicas", mais difícil, ou mais caro será rever ou alterar as preferências correspondentes.

Margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR) deve, portanto, ser uma variável quase autoexplicativa: ela refere-se à importância atribuída pelo indivíduo a qualquer decisão que ele precise fazer em termos dos riscos que atribui à possibilidade de fazer a escolha errada neste caso. A margem de risco varia de acordo com a situação específica de contexto de tomada de decisões, o que obviamente depende das formas com que esta situação é enquadrada e apresentada ao decisor. À medida que esta situação apresenta-se como grave - e, é claro, razoavelmente dependente para a sua resolução ou agravamento das escolhas feitas pelos nossos indivíduos<sup>19</sup> - maior o risco atribuído contingentemente a uma decisão possivelmente errada. Por outro lado, se a situação parece ser comum, ou não ter consequências relevantes quaisquer que sejam as escolhas a serem feitas pelo indivíduo, MR será menor.

A variável mais dependente, porém mais importante para nós aqui, é, naturalmente, UI, a saber, a utilidade contingentemente atribuída à informação. Em contextos comuns, não dramáticos e bastante previsíveis não há grandes incentivos para fazer a aquisição de (nova) informação valer os custos da sua obtenção - custos monetários, mas principalmente em termos de tempo gasto em procura, verificação e absorção. Ao contrário, quando a

---

<sup>19</sup> - O que inclui como uma importante variável o sabidamente problemático valor instrumental que se atribui ao voto individual em democracias modernas e de grandes contingentes eleitorais (Grofman, 1993).

incerteza e os riscos aumentam, a utilidade da informação deve também aumentar e os custos para obtê-la recuar, relativamente.<sup>20</sup> Como poderei assinalar mais tarde, com qualquer aumento na UI, há também uma mudança no poder e no *status* político dos principais fornecedores de informação livre ou quase livre na sociedade.

Estabilidade política e despolarização ideológica sobre preferências e margens de risco

Como cada variável opera e se relaciona com as demais?

EP significa que existe uma relação importante entre a forma como um sistema político democrático se estabiliza e torna-se mais inteligível para os seus cidadãos, e como se dá, principalmente, a fixação das identidades políticas e preferências (Pr) destes. À medida que um sistema e suas regras básicas e rotinas são reiteradas, com alterações insignificantes, e suas forças políticas são cada vez mais conhecidas do público, principalmente através de seu sistema de partidos, seus líderes, e por meio de plataformas e compromissos assumidos em cada eleição ou luta para votar políticas e legislação - mas também na interação cotidiana entre esses atores políticos e todas as forças principais, movimentos e instituições da sociedade -, torna-se mais fácil para o cidadão médio que experimentou essa trajetória desenvolver e ajustar sua própria identidade, seu lugar próprio no espectro ideológico, seus compromissos com determinados programas e com a história de determinados partidos, e por último, mas não menos importante, estabilizar uma certa hierarquia de preferências que costumam guiá-lo nas escolhas políticas que se colocam à cada oportunidade. Sendo assim, acredito que não só o aumento de EP tenderia a aumentar Pr, mas que a estabilidade e a inteligibilidade do sistema político fomentado desta forma são os fatores mais importantes e independentes para influenciar o estado das preferências individuais. Para enfatizar a importância global da relação, eu diria então que, se  $EP = x$ , então  $Pr = 2x$ .

---

<sup>20</sup> - O qual, é claro, nunca pode necessariamente implicar que tal aumento da demanda e da utilidade da informação será seguramente atendida por uma oferta consequente. A não ser que consideremos – como faço aqui – a utilidade da informação somente em termos de sua capacidade de subsidiar as escolhas, quaisquer escolhas, sem qualquer consideração acerca da eventual qualidade em termos de correspondência à verdade fatural de tal oferta de estoque informacional.

Em sentido inverso, porém, podemos dizer que a relação entre a despolarização ideológica (DI) e Pr é, genericamente, sempre negativa: se  $DI = y$ , então  $Pr = -y$ . Ou seja: em um contexto despolarizado indivíduos podem, naturalmente, desenvolver suas próprias preferências ou hierarquias de preferência fixas e/ou relativamente intensas, mas isso dificilmente terá algum significado político real, se não houver real interesse por parte de empreendedores políticos em explorar tal fato. Desse modo, tomo como uma premissa do nosso modelo que a forma com que a polarização política afeta as preferências da grande maioria dos cidadãos é fortemente dependente de iniciativas de empreendedorismo político; quer dizer: quase nunca é automática ou espontânea para o eleitor médio, mas sim dependente de alguma mediação, da interpelação de algum ator partidário. Não só os candidatos, os partidos, agentes públicos, grupos de interesse, ideólogos e líderes sociais, mas também, é claro, dos meios de comunicação (mais ou menos parciais). Assim, presumo que especialmente a intensidade das preferências de um indivíduo irá evoluir no sentido oposto de DI e vice-versa: uma vez que aumente a polarização – e DI tornando-se negativa – as preferências dadas, mas agora politicamente mobilizadas, tenderão a ser sentidas de uma forma mais intensa. Por outro lado, se a polarização recua, as preferências políticas dos indivíduos não serão normalmente mais estimuladas e intensificadas.

Mas também é importante notar que, assim como EP tem um efeito relativamente mais forte na parte de fixação de Pr, bem como DI afeta mais a intensidade das mesmas, para o cidadão médio, entre EP e DI a maior influência sobre Pr é devida à primeira variável. O que significa: a estabilidade e a inteligibilidade de um sistema político têm uma influência que pode ser tornada verdadeiramente problemática por um aumento na polarização, mas dificilmente poderá ser superada no que se refere especificamente às preferências dos indivíduos. O que significa também que o papel estratégico que atribuo ao empreendedorismo político em eventualmente elevar - ou diminuir – a polarização política tem, naturalmente, as suas limitações e não pode ser completamente autônomo, independente dos cenários políticos concretos que podem de fato definir quais são as

tendências que podem ou não levar uma maioria dos cidadãos rumo a uma postura mais polarizada.<sup>21</sup>

Assim, como podemos visualizar na tabela a seguir (Nº1), podemos prever quatro resultados típicos para o Pr, devido aos cenários políticos diferentemente afetados por EP e DI: a) um cenário de rotina despolarizada ( $EP = x$  e  $DI = y$ ): quando as preferências tendem a ser fixas, mas com uma intensidade menor; b) um contexto de rotina polarizada ( $EP = x$  e  $DI = -y$ ): quando as preferências tendem a ser fixas e mais intensas; c) uma transição sem qualquer polarização, isto é, uma transição concertada ( $EP = -x$  e  $DI = y$ ): quando as preferências já não são fixas, mas também não intensas, d) e, por fim, uma configuração de transição e polarização ( $EP = -x$  e  $DI = -y$ ): quando as preferências já não são fixas, mas ainda assim intensamente sentidas.

Tabela 1 – Influências de EP e DI sobre Pr:

EP\DI	Contexto Despolarizado	Contexto Polarizado
Contexto de rotina	Pr: relativamente fixa + baixa intensidade	Pr: relativamente fixa + alta intensidade
Contexto de transição	Pr: relativamente cambiante + baixa intensidade	Pr: relativamente cambiante + alta intensidade

Esta última situação típica merece um pouco mais de nossa atenção. Na verdade, pode soar um pouco contraditório e até absurdo pressupor que preferências que não são mais fixas podem, simultaneamente, ser intensamente sentidas. Defendo que isso pode se dar porque em uma situação típica de transição as preferências de um indivíduo racional dificilmente se manteriam fixas, tal como poderiam num ambiente de rotina. Terão provavelmente de ser revistas, a fim de lidar com as mudanças na política e no ambiente

<sup>21</sup> - É por isso que às vezes pode ocorrer um descompasso entre o que é percebido como sendo uma situação política (des)polarizada e a real propensão da maioria dos cidadãos em efetivamente se alinhar, ou se deslocar, em torno a uma dada fronteira de polarização. (Fiorina et al., 2011). Assim, os empreendedores políticos podem erroneamente acreditar e mesmo apostar sua sorte em determinadas (des)polarizações políticas, enquanto que os cidadãos se recusam a seguir tal tendência. Isto não invalida nossos pressupostos acerca do papel estratégico dos primeiros: apenas chama a atenção para o fato de que a politização de preferências não é um processo natural, ou automático; é também um jogo disputado e altamente arriscado, em especial em sistemas políticos grandes e competitivos – como as modernas democracias.

institucional. Mas uma vez que estas "novas" preferências não terão tempo e podem também não ter o incentivo necessário para, por assim dizer, "cristalizar" - uma vez que a transição (muitas vezes lenta e indeterminada) continua -, os mesmos indivíduos terão de recorrer às características ou elementos principais, ou mais fortes, de suas preferências anteriores - que agora, provavelmente mais do que nunca, contarão para preservar suas identidades políticas -, se agarrando a tais "fragmentos" sempre que sentirem, no novo contexto, a necessidade de escolher ou decidir. Se a transição acontece de forma concertada e despolarizada, não haverá necessidade de se apegar muito dramaticamente (e, como disse, a intensidade de Pr pode ser relativamente baixa). Mas, num cenário de transição polarizada mesmo aqueles fragmentos, que não podem mais ser "colados" de uma forma menos problemática, serão o suficiente para atender a um chamado mais seletivo pelo processo de polarização e ter a intensidade de algumas de suas partes elevadas. Na verdade, esta é a razão exata pela qual num cenário de transição polarizada indivíduos racionais são muitas vezes levados a se agarrar a identidades excludentes - muitas vezes, sectárias -, e também porque os líderes políticos tendem a exagerar a importância destes traços e fragmentos. O cidadão comum tem de lidar com a crescente incerteza devida à falta de previsibilidade trazida pela transição. Assim, as identidades - mesmo aquelas que antes nunca realmente importaram politicamente - de repente podem se tornar decisivas. Para os líderes, tal cenário pode ser muito mais perigoso (mas também promissor), tornando-se urgente a mobilização de todos os recursos disponíveis e de apoio que possam ser reunidos sob o sua bandeira, a qual tenderá logicamente a simbolizar (e a simplificar) o que pode ser - e certamente sempre é - uma situação política muito mais complicada. <sup>22</sup>

Assim, a outra variável dependente importante do nosso modelo que evoluirá como uma resposta às mudanças de EP e de DI é a margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR). Se a relação entre EP e Pr é de tal modo positiva, não podemos dizer o mesmo da forma como EP afeta MR. Na verdade, cada aumento em EP levaria a uma diminuição da MR. Não é nenhuma surpresa que se um sistema político mantém a sua

---

<sup>22</sup> - E isso é claro também significa que num contexto rotineiro, com polarização negligenciável, é muito mais fácil para um indivíduo viver de modo relativamente não-problemático com todos os fragmentos - mesmo os mais contraditórios - de sua "identidade". Ainda mais se os líderes e empreendedores políticos de sua *polis* também lidarem com suas clientelas e rivais de modo a reforçar tal contexto simultaneamente estável e pluralista.

estabilidade e inteligibilidade através do tempo, mesmo quando desafiado por duras disputas políticas, isso não levará necessariamente a um aumento na margem de risco associado às escolhas políticas dos seus membros. Especialmente se esta EP positiva é acompanhada por graus positivos de despolarização ideológica (DI). Neste caso, as disputas políticas não tenderão a dividir a sociedade, ou afetar o que Dahl (1997) chamou de saldo positivo entre os custos de tolerância e de supressão. Isto é assim porque a manutenção do sistema em suas regras básicas e expectativas tenderá a conter todos os conflitos em execução nos canais habituais, sob o controle das instituições políticas, provavelmente isolados da maioria das preocupações dos cidadãos, e assim, afetando mais diretamente apenas os setores específicos relacionados com o assunto em questão (setores para os quais uma derrota política pode ser dolorosa, mas que podem lidar com isso através dos mecanismos usuais de uma poliarquia estável). Neste caso, podemos dizer que, se  $EP > 0$  e  $DI > 0$ , então  $MR < 0$ .

Se, numa situação diferente, EP permanece positiva, mas DI torna-se negativa – o que já caracterizamos como sendo uma situação de rotina altamente polarizada –, então MR tenderá a ser indefinida. Pode tornar-se mais evidente e preocupante, dependendo das características específicas do processo de polarização. Especialmente se DI claramente envolve ou implica - como perspectiva ou consequência da luta política real - algum tipo de mudança política, ou seja, alguma mudança nas regras do jogo político. Quaisquer que sejam as especificidades de cada processo contingente de polarização num cenário político mais ou menos estabelecido, o fator importante a contribuir para o aumento das margens de risco associadas às decisões dos indivíduos é sempre, em primeiro lugar, o aumento genérico da incerteza, e, segundo, alguma espécie de certeza muito específica - provocada por um processo de polarização – de que os custos de uma eventual derrota política conjuntural tornam-se mais difíceis de suportar (e ainda mais se tal derrota tende a causar um novo *feedback* para aumentar a incerteza genérica e, naturalmente, tornando possíveis novos maus resultados consequentes em um futuro previsível, e assim por diante).<sup>23</sup>

Assim, pelas mesmas razões básicas, sempre que os estados de EP e DI se reverterem - a primeira passa a ser negativa, mas a segunda se torna positiva - teremos o

---

<sup>23</sup> - É por isso que processos de polarização às vezes parecem perfeitamente adequados para a geração de (desagradáveis) profecias que se auto cumprem.

mesmo tipo de resultado, em relação a MR. Neste caso, típico do que mencionamos como sendo uma transição concertada, o fato de que as regras do jogo estão mudando deverá trazer incerteza, elevando MR. Mas a qualidade concertada desta transição implica uma ausência relativa de polarização que ajuda a baixar os riscos de se escolher de forma errada. Mais uma vez, o que pode ser responsável por qualquer aumento ou diminuição ligeira de MR são as características específicas do processo de transição concertada.

Não há dúvida, contudo, sobre o que aconteceria se não somente EP, mas também DI assumissem valores negativos: MR será, evidentemente, a mais alta possível. Em tal situação de transição polarizada qualquer erro pode ser fatal. A incerteza não somente será grande, mas também sentida de forma mais dramática - se não trágica - por qualquer cidadão comum racional.

Temos agora, portanto, um esboço de como a estabilidade política e a despolarização ideológica afetam a fixação e intensidade das preferências dos cidadãos típicos, bem como as margens de risco associadas a suas escolhas políticas. Como podemos ver na Tabela 2, abaixo, cada cenário político típico, definido por nossas duas variáveis independentes, EP e DI, tem também um efeito típico sobre as variáveis dependentes Pr e MR:

Tabela 2:- Influência de EP e DI sobre Pr e sobre MR:

EP\DI	Contexto Despolarizado	Contexto Polarizado
Contexto de rotina	Pr: relativamente fixa + baixa intensidade MR: inexistente	Pr: relativamente fixa + alta intensidade MR: baixa, porém indefinida
Contexto de transição	Pr: relativamente cambiante + baixa intensidade MR: baixa, porém indefinida	Pr: relativamente cambiante + alta intensidade MR: considerável

Tendo em mente os nossos quatro cenários políticos típicos, e seus impactos diferenciados sobre preferências e margens de risco, podemos ver agora como as variáveis dependentes afetam a utilidade que atribuímos à informação.

## Preferências e margens de risco na utilidade da informação

Como a estabilidade de um sistema político e sua polarização ideológica varia, seria de esperar, de acordo com o nosso modelo, que entre os cidadãos comuns típicos também variem de acordo suas preferências e as margens de risco associadas às suas próprias escolhas e decisões políticas.

Isso não significa de forma alguma que os cidadãos comuns devam desenvolver as mesmas preferências ou que eles devam estimar os riscos de suas escolhas com base nas mesmas premissas e dados. É claro que não.<sup>24</sup> Apenas suponho que os contextos políticos tendem a disseminar entre a grande maioria dos cidadãos comuns os mesmos incentivos gerais sobre como lidar com suas preferências específicas e um senso generalizado - mas não necessariamente consistente - de qual é o nível de urgência e/ou dramaticidade das apostas políticas sendo feitas conjunturalmente na arena partidária (independentemente dos objetos das apostas).<sup>25</sup>

O que realmente importa para nós é o impacto das preferências e margens de risco, assim constrangidos, sobre a utilidade atribuída por esses mesmos indivíduos à informação e, conseqüentemente, sobre os processos de sua aquisição.

Assumo então que Pr, por si só, tende a manter uma relação de proporcionalidade negativa com a utilidade da informação (UI): se as preferências são fixas e intensamente sentidas, menos valiosa tenderá a ser considerada a informação nova. Isto se dá por causa da inércia que mencionei antes, segundo a qual, na ausência de grandes razões contextuais para se sentir inseguro e rever preferências, ou hierarquias de preferências, toda a nova

---

<sup>24</sup> - Embora nossos pressupostos sobre racionalidade individual básica, constrangimentos sociológicos, e, ainda mais, acerca do papel decisivo do empreendedorismo político, certamente nos levem a crer que tais preferências e margens de risco não irão variar tão amplamente em qualquer contexto concreto de disputa partidária, mesmo nas democracias contemporâneas mais plurais, tanto socioeconômica quanto culturalmente. Ou seja: há sempre espaço considerável - na política e na vida - para a diversidade e para a idiosincrasia. Mas é claro que os mercados políticos possuem suas próprias limitações "econômicas", o que os impede de tomar como válida toda e qualquer matéria-prima, no sentido de processá-la e dar-lhe uma forma ou significado político específico.

<sup>25</sup> - Mais uma vez, as preferências políticas não são nem matéria de completa e/ou idiosincrática autonomia individual, nem a resultante de determinismos sociológicos, culturais ou econômicos: seja qual for o seu conteúdo elas serão fundamentalmente constrangidas e limitadas pelas instituições e agências políticas.

informação tende a ser descartada ou absorvida de acordo, por assim dizer, com coordenadas-padrão, prévia e rotineiramente estabelecidas. Se isso acontece com novas informações gratuitas, será ainda menos provável que em tais circunstâncias um típico cidadão comum e racional gaste qualquer recurso relativamente escasso para adquirir qualquer informação cujo custo seja intransferível.<sup>26</sup> Se as preferências são fixas, mas menos intensas - como em um contexto de rotina despolarizada - pode ser mais fácil encontrar indivíduos mais propensos a se abrir aos fluxos de informação novos e gratuitos. Mas, ainda assim não haveria grandes incentivos para rever preferências. Assim, podemos tomar como regra genérica a ideia de que sempre que um sistema político é rotinizado, a informação política nova torna-se praticamente irrelevante para o cidadão médio. Quando esta rotina é despolarizada, ele pode estar mais aberto a novas informações gratuitas, mas não terá qualquer razão para gastar tempo com isso. Se, no entanto, estamos agora em uma configuração de rotina mais polarizada, a nova informação pode passar a possuir algum valor somente se acrescenta justificativas, ou se amplia o estoque retórico para a defesa ou reafirmação de preferências já estabelecidas. Mas enquanto esse indivíduo com preferências relativamente fortes não ultrapassar certo limite de participação na política - que o transformaria num militante efetivo (como veremos em breve) -, novas informações para ele, em tal situação, ainda serão quase irrelevantes.

Ao contrário, quando as preferências estão sujeitas a alterações, devido a uma transição, mesmo com pouca polarização, a utilidade das informações aumenta para o cidadão comum também por causa de um aumento razoável na incerteza e na necessidade de reequilibrar preferências. E se tal processo de mudança fica polarizada, as preferências são forçadas ainda mais a mudar, com as informações subitamente se tornando simplesmente cruciais.

Em qualquer caso, no entanto, pode-se dizer que, quando  $Pr = z$ , então  $UI = -z$ .

Mas a variável mais premente no poder de interferir na utilidade atribuída à informação é, de longe, o que chamei de margem de risco associada à escolhas e decisões políticas (MR). Isto é tão importante que pressuponho que sempre que  $MR = w$ , então  $UI = 2w$ . Assim, se a margem de risco tende a crescer cada vez que rotinas são quebradas, ou à

---

<sup>26</sup> - De modos que não precisamos mais insistir, por enquanto, na distinção entre formas pagas e gratuitas de informação.

cada aumento de polarização, ou ainda mais dramaticamente quando ambos os processos ocorrem simultaneamente, então haverá um aumento acentuado na procura de informação, e um aumento dramático do valor atribuído à informação mais crível e/ou mais precisa.

Podemos, então, resumir a dependência da UI frente a Pr e a MR na tabela 3:

Tabela 3: Influencias de EP e de ID, e a daí a Pr e MR sobre UI:

EP\ID	Contexto Despolarizado	Contexto Polarizado
Contexto de rotina	Pr: relativamente fixa + baixa intensidade MR: inexistente UI: irrelevante	Pr: relativamente fixa + alta intensidade MR: baixa, porém indefinida UI: praticamente irrelevante
Contexto de transição	Pr: relativamente cambiante + baixa intensidade MR: baixa, porém indefinida UI: razoavelmente relevante	Pr: relativamente cambiante + alta intensidade MR: considerável UI: crucial

O importante a se ter em mente é o fato de que a informação política não terá intrinsecamente nenhum valor ou utilidade imutáveis ou universais, independentemente dos ambientes institucionais mais amplos e do contexto político específico. Como veremos abaixo, isso tem consequências específicas para a questão controversa da influência dos meios de comunicação de massa na política.

Mas primeiro temos de examinar como o nosso modelo deve funcionar se em vez de um cidadão comum típico ele fosse aplicado para entender o papel da informação para um ativista político, ou militante. O que significa: é claro que a informação deve ter utilidades e valores diferentes para diferentes tipos de pessoas. Mas podemos explicar parte sociologicamente relevante destas diferenças com o uso de nossas variáveis acima mencionadas? Ou será que ainda temos de incluir outras em nosso modelo?

E se o nosso cidadão comum torna-se um militante?

Em sua teoria econômica da democracia, Downs (1957) elabora uma tipologia de diferentes tipos de atitudes para com a política e, assim, chama a atenção para as

consequências desse fato sobre nossa compreensão da racionalidade política. Um dos personagens descritos por Downs é o que chama de "agitador" (e que prefiro chamar de "militante"): "... tendo se informado o suficiente para estar certo de suas próprias decisões, agitadores são praticamente imunes à persuasão de seus adversários (...). Mas seja o motivo o simples retorno de um favor político, ou o altruísmo mais idealista, o importante é que os agitadores estão dispostos a investir recursos escassos - pelo menos tempo, e talvez mais - para mobilizar" (Downs, 1957, p.84).

Assim, para os nossos propósitos, um militante pode ser definido como alguém que, seja por que razões, cruzou um limite que o diferencia do cidadão comum, e a partir de agora tem um bom motivo para investir mais de seus recursos na vida política. Mas o que realmente importa agora é o fato de que para um militante cada uma de nossas variáveis irá interagir de uma maneira muito diferente.

Se a estabilidade e inteligibilidade de um sistema político (EP) é uma variável muito importante para influenciar as preferências (Pr) do cidadão comum, quando se trata de um militante típico o seu efeito direto é bem menos significativo. Isto ocorre porque para este a estabilidade do sistema político em que atua é lida e torna-se inteligível através de lentes mais tendenciosas e especificadas (e que não funcionam para os cidadãos comuns): aquelas lentes que se formam através de uma experiência "partidária" muito mais intensa. Presumo que, como regra geral, para um militante qualquer sistema político é, por definição, comparativamente mais instável, porque ele está acostumado a se envolver na luta política de uma forma mais circunscrita, frequente e dramática. Ele tende a participar ou acompanhar a maioria ou mesmo todos os principais eventos e disputas em que seu partido ou grupo está envolvido; é obrigado a viver e a respirar uma atmosfera diferente, com mais frequentes e dramáticas mudanças climáticas. Neste sentido, a influência de variações na estabilidade global do sistema sobre suas preferências é mediada pelas particularidades do ambiente de militância específico em que vive. Uma vez que esse ambiente pode ter as suas razões particulares e mesmo idiossincráticas para se polarizar, em grande medida até sem qualquer relação necessária com a estabilidade geral do sistema político, podemos então dizer que, para o militante típico, se  $EP = x$ , então  $Pr = x/2$ .

A variável realmente importante, neste caso, para influenciar Pr deverá ser, é claro, DI. E certamente é. No entanto, para o verdadeiro militante, DI na verdade não é uma

variável, em absoluto, mas sim uma constante! E sempre negativa. O que significa que, para um militante o cenário político é sempre polarizado. Mais uma vez, as lentes através das quais um sistema político se torna inteligível para ele fazem com que se tornem quase irrelevantes as importantes diferenças institucionais que - paradoxalmente e contraintuitivo como possa soar - são tão relevantes para o nosso cidadão comum típico, tão comparativamente desinformado e despolitizado. Sendo assim, quaisquer as variações na estabilidade do sistema político e sua (de)polarização, a Pr do nosso militante típico permanece quase a mesma - fixa e intensa -, porque, enquanto variações de EP lhe são praticamente irrelevantes, não pode de fato existir para ele qualquer configuração despolarizada ideologicamente: DI tende sempre a ser constante e negativa.

Mas, se ele não tenderá a rever suas preferências quando da mudança de configurações do cenário político - neste caso, apenas variando de um contexto de rotina polarizada para um cenário igualmente polarizado, mas de transição, ou vice-versa -, não obstante essas mudanças ocorrem, e, é claro, afetarão as margens de risco (MR) associadas a suas escolhas (ainda que, devido a suas preferências excessivamente estáveis, tais escolhas podem não mudar em absoluto). Portanto, mesmo se Pr pode praticamente não variar para este militante, sendo quase sempre fixa e intensa, MR pode e provavelmente sempre assumirá para ele um tom mais dramático, especialmente se comparado ao papel usual que tais variáveis desempenham no ambiente político típico do cidadão médio comum. De fato, neste caso, devido ao envolvimento político muito mais intenso dos militantes, uma alteração da configuração política com uma consequente perda de estabilidade tenderia a produzir aumentos dramáticos na margem de risco. Não só ele continua a considerar as perspectivas de vitória ou derrota política através das lentes polarizadoras de seus mais fortes compromissos ideológicos/programáticos - e, é claro, quase sempre tomando como certa a (grande) relevância de suas ações individuais para influenciar os resultados políticos concretos -, mas também segue comprometido no destino da disputa de uma maneira diferente e talvez muito mais problemática ou arriscada. O enquadramento pelo qual o típico militante compreende os contextos políticos onde se insere, tende sempre, pois, a aumentar a margem de risco - particularmente em cenários de transição - mesmo que isso ocorra junto a ligeiras variações de preferências fortemente arraigadas.

É por isso que a utilidade da informação (UI) será sempre maior ou bem mais elevada para nosso militante típico. Nas situações políticas mais rotinizadas as informações serão comparativamente mais relevantes para ele por causa de seus compromissos com a ideologia ou programa do partido (e sem esquecer as muitas outras funções acima mencionadas que a informação desempenha nos processos de construção e fortalecimento de convicções próprias e identidades). Mas em qualquer cenário político excepcional será ainda mais decisivo para ele ter acesso a informações confiáveis abundantes. No pior dos cenários políticos pode se tornar não apenas uma questão de chances de vitória, mas também de sobrevivência.

Podemos então resumir as características do modelo no que diz respeito à situação específica de militantes sobre informações com a Tabela 4, abaixo:

Tabela 4: Influências de EP e ID, e de Pr e MR sobre UI para Militantes:

EP\ID	Contexto Polarizado
Contexto de rotina	Pr: fixa + alta intensidade MR: considerável UI: consideravelmente relevante
Contexto de transição	Pr: talvez um pouco menos fixa + alta intensidade MR: alta UI: crucial

E agora podemos responder à pergunta feita anteriormente, antes que incluíssemos nosso militante típico na história: precisamos agregar mais variáveis ao nosso modelo, por força das especificidades deste incrível espécime político?

Não creio.

Na verdade, muitas coisas podem explicar a existência de tipos tão diferentes como os do cidadão comum relativamente desinformado e despolitizado e o do militante típico (entre muitos outros tipos). Creio que os fatores explicativos mais relevantes são certamente as proporções de massa e o processo de divisão do trabalho na sociedade contemporânea. Estes, porém, não são de fato variáveis do nosso modelo, mas sim muito mais precondições para sua existência, uma vez que estão obviamente relacionados às

opacidades e assimetrias de informação que simplesmente tornam possível toda essa economia de oferta e demanda de informações, com toda a sua mencionada dinâmica institucional e suas contradições de mercado.

O que queremos saber agora é: se a utilidade da informação varia conforme descrevemos, para o cidadão comum e para o militante, o que podemos dizer, finalmente do papel político e influência dos meios de comunicação na política de hoje?

### Utilidade da informação e influência da mídia

Como vimos antes, o valor e a utilidade da informação nunca são absolutos, ou imutáveis, mas sim dependentes do contexto político e das instituições. O que também significa que as instituições com poder global ou capacidade de controlar os fluxos de informação mais importantes de uma sociedade - como veículos de comunicação de massa - certamente serão, provavelmente, por si só bastante poderosas e influentes, mas não necessariamente tão influentes e decisivas como por vezes se supõe (ou as acusam) de ser. A sua capacidade de influenciar e orientar de forma independente resultados políticos contextuais irá variar de acordo com a utilidade atribuída à informação por parte dos cidadãos comuns, o que, em nosso modelo, depende (1) se as preferências entre esses cidadãos são menos fixas, porém mais intensas, (2) se as margens de risco são consideradas relativamente elevadas, o que, naturalmente, depende do quanto a configuração global política é, mais ou menos contextualmente, (3) de transição e (4) polarizada.

Se tivéssemos que definir esta capacidade de influência dos meios de comunicação como IM, então poderíamos dizer que, quando UI varia, IM tende a variar na mesma direção. No entanto, esta relação entre UI e IM não será, naturalmente, exatamente proporcional, devido a uma série de razões: 1) veículos de comunicação de massa não são os únicos, nem necessariamente os mais confiáveis provedores de informação política, embora, por vezes, parece que eles são quase onipresentes e incontornáveis, em especial quando o seu consumo se torna um hábito (ou vício). As pessoas adquirem informações de muitas outras fontes que podem não ser tão poderosas e/ou abrangentes como os atuais meios de comunicação de massa, mas que podem ser consideradas muito mais confiáveis,

tal como a informação trazida por outras pessoas cuja opinião importa para as primeiras, seja por razões de prestígio social, conhecimento (presumido), integridade, etc.; 2) o uso comum do rótulo genérico "mídia" tende a amalgamar ou homogeneizar o que normalmente é - especialmente em ambientes politicamente mais pluralistas - uma realidade composta, fragmentada, polissêmica e contraditória, envolvendo muitas mídias e veículos diferentes: jornais, revistas, estações de rádio, múltiplos canais de televisão, abertos ou pagos, sites inumeráveis, redes sociais (para não mencionar meios mais velhos, mas ainda importantes e ativos, como a comunicação face a face, ou a interação em reuniões públicas, que continuam a ser, talvez, as formas mais notáveis de influir politicamente e socializar os cidadãos comuns na política; por vezes, inclusive, transformando-os em militantes); 3) mesmo o mais profissional veículo de massas não pode controlar completamente suas próprias emissões e menos ainda a recepção das mesmas. O segundo problema (recepção), como já mencionado, é devido à natureza polissêmica da realidade sociocultural e à irredutibilidade do indivíduo, mas o primeiro (relativo ao controle das emissões) também é considerável porque veículos de comunicação de massa mais clássicos - e ainda influentes -, como jornais diários e redes de televisão, têm todos os dias de lidar com um material de informação muito grande e muito pouco tempo para processá-lo em escala industrial. Assim, mesmo que em função de configurações políticas mais dramáticas, trazidas pelas principais variáveis de nosso modelo, a utilidade das informações cresça a ponto de tornar-se crucial para o cidadão típico comum, isso não implica necessariamente que a capacidade de influência da mídia possa ser considerada tão eficiente quanto os emissores poderiam desejar (ou seus detratores os acusam de ser). E isso sem prejuízo do fato de que certamente haverá muito mais espaço e oportunidade para que as pessoas sejam afetadas e influenciadas pela produção de mídia, embora nem sempre fique claro qual seja o significado conjuntural concreto disso (a despeito, inclusive, das possíveis intenções para tal).

O relacionamento habitual entre a utilidade da informação e influência da mídia pode, pois, ser aproximadamente escrito na seguinte (e precária) forma: se  $UI = v$ , então  $IM = v/2$ .

Nossos militantes compõem certamente o grupo mais sensível à influência da mídia. Não só porque eles tendem a consumi-la regularmente de uma forma muito mais ávida e

interessada, mas também porque eles irão medir a produção destas fontes através de suas lentes especiais partidárias. Tal como fazem frequentemente com muitos outros atores políticos, sociais e instituições, eles tenderão a classificar os veículos de mídia como pró, contra ou (pouco provavelmente) como neutros, de acordo com os parâmetros partidários pelos quais têm enquadrados cada contexto e circunstância política.

Claro que às vezes os próprios veículos de comunicação atuarão e tenderão a enquadrar contextos como empreendedores políticos ou militantes. Há uma série de boas razões históricas para isso ocorrer com maior ou menor frequência, em momentos e lugares diferentes (e que não podemos explorar agora).

O importante a ter em mente agora é que se veículos da mídia passam (ou voltam) a atuar como partidos e militantes isso pode naturalmente levar a um aumento na polarização - pelo menos na superfície dos contextos políticos -, contribuindo não só para a mobilização de militantes, mas também reforçando a intensidade das preferências dos típicos eleitores comuns. E não é de surpreender que esta possa ser uma abordagem racional (e míope, é claro) para tais veículos de comunicação, a fim de ajudar a aumentar a utilidade da informação e, assim, a capacidade de influência da mídia.<sup>27</sup> Mais uma vez, o papel de líderes e empreendedores políticos pode tornar-se crucial, ajudando a coibir tais processos de polarização ou, inversamente, adicionando combustível para a fogueira.

Como dissemos desde o início, no entanto, variáveis de contexto institucional e global - como a estabilidade do sistema político e a (des)polarização ideológica - ainda são as mais decisivas e independentes: se estas realmente não contribuírem para polarizar e trazer insegurança, toda a agitação (e radicalização partidária) da mídia pode ser apenas "muito barulho por nada".<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> - Assim como partidos e políticos podem investir na polarização – ou na radicalização – no sentido de mobilizar militantes e/ou eleitores, ou aumentar a utilidade da liderança política às expensas da estabilidade política (este pode ser um negócio arriscado, mas grandes perspectivas de “lucro” podem ser poderosas também aqui).

<sup>28</sup> - Mas se contribuírem... Este pequeno desvio é importante por levantar a questão das possibilidades acerca dos processos de realimentação entre nossas variáveis. Ou seja: de IM sobre UI, UI sobre Pr e sobre MR, e de tanto Pr quanto MR sobre EP e sobre DI, etc. Também isso será deixado para outra oportunidade.

## Bibliografia:

- ABREU, A.A. & LATTMAN-WELTMAN, F. (1994). "Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954". In: A.C.Gomes. (Ed.), *Vargas e a crise dos anos 50*, Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- ALDÈ, Alessandra (2003). *A construção da política*. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- DAHL, Robert A. (1997) *Poliarquia: participação e oposição*, Edusp, São Paulo.
- DOWNS, Anthony (1957). *An economic theory of democracy*. Harper Collins, New York.
- FIORINA, M.P., ABRAMS, S.J. & POPE, J.C (2011). *Culture war? The myth of a polarized America*. Longman, New York.
- GROFMAN, Bernard (ed.) (1993). *Information, participation and choice*, University of Michigan Press, Ann Arbor.
- HARDIN, Russell (2003). *Liberalism, constitutionalism and democracy*, Oxford University Press, Oxford.
- HIBBING, John R. & THEISS-MORSE, Elizabeth (2002). *Stealth democracy: American's beliefs about how government should work*, Cambridge University Press, Cambridge.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando (2009). "O Rio nas Cruzadas: comunicação, democratização e usos da Internet numa eleição carioca". In: *Revista Eco-Pós*, V.12, UFRJ, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1996). ".Imprensa carioca nos anos 50: o registro dos anos dourados", In: A.A.Abreu. (Ed.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, Editora FGV, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1994). "Imprensa e sociedade: a economia do discurso público". In: *Archè - Interdisciplinar*, 3(8).
- LATTMAN-WELTMAN, F., RAMOS, P.A., & CARNEIRO, J.A. (1994). *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- LINZ, J. & STEPAN, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation*, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

- MARTIN-BARBERO, Jesus (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Ed.UFRJ, Rio de Janeiro.
- PAGE, Scott E. (2007). *The difference*, Princeton University Press, Princeton.
- PRZEWORSKI, Adam (2006). ‘Self-enforcing democracy’. In: D. Witman & B. Weingast (Eds.), *Oxford handbook of political economy*, Oxford University Press, New York.
- SCHUMPETER, Joseph (1975). *Capitalism, socialism and democracy*. Harper & Row, New York.
- STIMSON, James A. (2004). *Tides of consent: how public opinion shapes American politics*, Cambridge University Press, Cambridge.